

AGROPECUÁRIA

O Estado do Acre integra a região Amazônica e está situado no extremo oeste brasileiro, fazendo divisa com o Peru e a Bolívia e com os Estados do Amazonas e de Rondônia. O Acre é a unidade da federação mais próxima do Oceano Pacífico, distante aproximadamente 800km em linha reta e cerca de 1.200km por via rodoviária.

O Acre apresenta um clima quente e úmido, com mais de 2.000 mm de precipitações anuais e temperaturas médias mensais superiores a 22°C. Entre junho e agosto, ocorre uma estação seca com menos de 60 mm de precipitações. Entre maio e setembro pode ocorrer o fenômeno da friagem, quando massas polares atingem o Estado fazendo a temperatura local cair a valores inferiores a 10°C.

O relevo é composto predominantemente por rochas sedimentares, formando uma plataforma que desce suavemente em cotas da ordem de 300m, nas fronteiras com o Peru e a Bolívia, para pouco mais de 100m nos limites com o Estado do Amazonas. No extremo ocidental situa-se o ponto culminante do Estado, onde o relevo se modifica pela presença da Serra do Divisor, apresentando uma altitude máxima de 600m.

Os solos acreanos, de origem sedimentar, abrigam uma vegetação natural composta basicamente de floresta equatorial de terra firme, dividida em dois tipos: tropical densa e tropical aberta, que se caracterizam por sua heterogeneidade florística, representando em grande valor econômico para o Estado.

As características da rede hidrográfica – que corta transversalmente o Estado com rios que correm no sentido sudoeste-nordeste – e um regime hídrico com um período chuvoso muito longo ampliaram as dificuldades de acesso e comunicação, internamente ao Estado, favorecendo o isolamento do Acre, fato que era já determinado por sua localização.

Diante das pressões internacionais que buscam preservar as áreas de maior biodiversidade do planeta, desde aquelas oriundas dos governos dos países ricos até as dos movimentos ambientalistas que apoiam as lutas de seringueiros e índios, o governo brasileiro tradicionalmente tem reagido a partir

de uma perspectiva que “divide” a Amazônia em duas. A Amazônia Ocidental é vista como área preferencial de preservação, por sua alta biodiversidade (em especial no Acre e no sul do Amazonas). Já a Oriental destina-se a grandes empreendimentos de mineração e metalurgia, sem prejuízo da continuação discreta de projetos agropecuários e agroindustriais.

O Estado do Acre constitui uma das unidades da federação com maior proporção de área ocupada com florestas equatoriais. Conforme o Censo Agropecuário de 1995-1996, o Acre possui 73% da área em estabelecimentos rurais como florestas naturais, indicando que a exploração florestal continua a ser a principal atividade rural do Estado.

Tabela 82
Utilização das Terras
Estado do Acre
1995

Categorias	Área (ha)
Número de Estabelecimentos	23.788
Área em Estabelecimentos	3.183.065
Área Aberta	739.671
Área em Lavouras	75.939
Pastagens Plantadas	552.193
Matas Plantadas	11.298
Área em Descanso	44.998
Área Produtiva, mas Não Usada	55.243
Pastagens Naturais	62.020
Matas Naturais	2.327.114
Terras Inaproveitáveis	54.260

Fonte: Fundação IBGE - Censo Agropecuário 1995-96.

A Tabela a seguir mostra a situação fundiária considerando a inclusão das áreas desapropriadas para fins de assentamentos agroextrativistas e demais áreas de conservação ambiental, tais como Reservas Extrativistas, Terras Indígenas, Parques e Florestas Nacionais e Estaduais.

Tabela 83
Situação Fundiária com Área de Conservação Ambiental
Estado do Acre
1998

Categorias	Área (ha)
Área de Conservação Ambiental	4.828.465
Minifúndios	1.478.000
Latifúndios	5.036.177
Médias Propriedades	180.545
Total de área regularizada	11.523.187

Fonte: Incra Imac, 1998 citado em PAULA, 1999.¹

¹ PAULA, E. A. de. “A conquista da terra nas florestas do Acre”, *In*: MEDEIROS, L. S. e LEITE, S. (orgs.). *A formação dos assentamentos rurais no Brasil*. Editora da UFRGS, 1999.

Os dados mostram que cerca de um terço das terras do Estado foram incorporadas sob diversas formas ao patrimônio público como Área de Conservação Ambiental. Essas transformações operadas na estrutura fundiária só adquiriram esse perfil porque, ao longo da luta de resistência pela terra, as classes subalternas do campo (seringueiros, ribeirinhos e demais "posseiros") foram capazes de conquistar, no âmbito da sociedade civil e das esferas decisórias do poder político do Estado, o reconhecimento e a legitimidade de um conjunto de demandas que exigiam uma solução diferenciada para o problema fundiário na região.

O Acre, no entanto, é também o Estado da Região Norte que apresenta maior número de indigentes (28,2% na área rural e 16,6% na área urbana). Esse dado está relacionado ao elevado impacto da desestruturação da economia extrativista nos últimos anos e ao crescimento e à expansão das áreas de pecuária extensiva a partir dos anos 70, além da ausência de atividades econômicas geradoras de emprego.²

Em 1970, antes dos impactos dessas transformações, 70% da População Economicamente Ativa (PEA) estava ocupada no meio rural e os outros 30% no meio urbano, em 1996 houve uma inversão, com 34,7% no espaço rural e os demais 65,3% no meio urbano. A capital, Rio Branco, concentra hoje 50% da população do Estado. Vale registrar que 82% da PEA agrícola está ocupada nos estabelecimentos que utilizam mão-de-obra familiar, os quais equivalem a 87% do total de estabelecimentos existentes Estado.

As mudanças na estrutura produtiva do meio rural acreano podem ser mais bem visualizadas nos dados relatados no Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre referentes à composição do valor bruto da produção agropecuária e extrativista. Chama a atenção a redução da participação relativa do extrativismo, caindo de 31% para 6% do valor total entre 1975 e 1995. Esses dados refletem a desestruturação que sofreu o setor extrativista, principalmente o da borracha e o da castanha, apesar de os dados sobre extrativismo incluírem outros produtos, inclusive madeireiros.

² PROJETO CUT / CONTAG. *Desenvolvimento e Sindicalismo Rural no Brasil*. São Paulo, CUT / CONTAG, agosto de 1998.

Inversamente, percebe-se um significativo aumento percentual do valor relativo da produção agropecuária, consolidando a predominância geral da agricultura temporária na composição do valor bruto. Essa produção agrícola de cultivos temporários passou de 40% para 47% do valor bruto total, assumindo o posto de atividade com maior valor relativo.

Um destaque no crescimento da importância relativa da agricultura entre 1975 e 1995-96 refere-se ao aumento dos cultivos permanentes, passando de apenas 2% para 9% do valor bruto total. Apesar de ainda pouco significativo no total, esses cultivos já ultrapassaram o valor do extrativismo e podem refletir um caminho importante no sentido de se implantar uma agricultura de maior valor agregado e menor impacto ambiental, considerando-se que o aumento na composição do valor dos cultivos permanentes se deu a partir de um aumento relativamente pequeno de área plantada, passando de uma porcentagem quase insignificante para apenas 2% da área antrópica total.

A pecuária, principalmente a bovina, também teve um aumento na sua participação na composição do valor bruto total, passando de 20% em 1975 para 31% em 1995-1996. No entanto, esse aumento foi desproporcionalmente inferior ao significativo aumento das áreas de pastagens, que passaram de 124 mil hectares para 614 mil hectares. Com isso, as pastagens não apenas consolidaram-se como as maiores áreas antrópicas nos estabelecimentos rurais, com 77% da área antrópica total em 1995, como também foram o principal fator de aumento da área antrópica total, que passou de 219 mil hectares em 1975 para 802 mil hectares em 1995.

Tabela 84
Produção, Área Colhida e Rendimento Médio das Principais Lavouras
Estado do Acre
1995

Lavouras	Produção (t)	Área colhida (ha)	Rendimento (kg/ha)
Arroz	19 937	17 340	1 150
Feijão	5 368	10 113	531
Mandioca	124 841	13 892	8 987
Milho	27 795	22 817	1 218
Banana (1)	3 445	3 300	1 044

Fonte: Fundação IBGE - Censo Agropecuário 1995-96.

(1) Produção em 1 000 cachos; rendimento em cachos/hectare.

A Tabela acima mostra produção, área colhida e rendimento das principais lavouras do Acre em 1995. Todos esses produtos tiveram aumentos

significativos de produção e área plantada, com destaque para a mandioca que pulou de 4.637 t em 1970, para 124.841 t em 1995.

Quanto aos produtos extrativistas segundo o Censo Agropecuário de 1995-1996, em 1996 o Acre produziu 3.732 t de borracha, 3.858 t de castanha, 3.304.722 m³ de madeira, 2.275 t de carvão e 307.000 m³ de lenha. A dimensão crise da economia extrativista pode ser vislumbrada pela comparação com a produção de 1970 quando o Acre produziu 9.286 t de borracha e 11.951 t de castanha, sendo que a produção de madeira, ao contrário, era de apenas 53.000 m³.

O Acre depende das transferências de recursos da União para custear aproximadamente 90% da sua estrutura político-administrativa. Das receitas próprias, 81,8% provinha da contribuição do ICMS em 1990. Do volume total de ICMS arrecadado do Estado, o comércio participava em 1990 com 92,1%, a indústria com 3,8%, o extrativismo com 2,2%, a pecuária com 1,8% e a agricultura com 0,1%.³

Os dados referentes ao ICMS do Acre segundo a Secretaria Estadual da Fazenda mostram que a arrecadação do setor primário decresceu 51,4% entre 1995 e 1998, mas que apresentou uma recuperação significativa em 1999, representando 86% daquela obtida em 1995. A participação das atividades extrativas vem caindo desde 1995, mesmo quando se inclui a arrecadação de impostos da madeira, proveniente, em grande parte, da extração seletiva das espécies mais nobres em áreas de conversão de florestas para atividades agropecuárias. Em 1995, a arrecadação do setor extrativista contribuiu com 38,7% e 69,7% do total, respectivamente, com e sem a inclusão da madeira. Neste ano, a pecuária e a agricultura participaram com 24,0% e 6,3%, respectivamente.

Em 1997, 1998 e 1999, a pecuária já contribuiu com 51,4%, 37,7% e 51,4% do total da arrecadação de ICMS do setor primário. Nesses três anos, o extrativismo participou com 39,9%, 49,9% e 26,6% da arrecadação total de

³ PAULA, E. A. de. *Op. cit.*, p. 234.

ICMS do setor primário. Somado, o ICMS das atividades agropecuárias já vem representando mais de 50% do ICMS do setor primário desde 1997.⁴

Com relação à composição do Produto Interno Bruto (PIB) no Estado do Acre, o setor de serviços tem sido ao longo do tempo responsável pela geração de mais de 50% do seu valor total. Em 1995, os percentuais foram os seguintes: serviços, 59,5%; indústria, 27,5%; e agropecuária 13%.⁵

A estrutura fundiária do Acre permanece bastante concentrada. Nota-se que 1,3% dos estabelecimentos agropecuários possuem mais de 1.000 ha e ocupam 39,6% da área dos estabelecimentos, ao passo que 74,1% do número de estabelecimentos tem menos de 100 ha e ocupam apenas 21,2% da área total dos estabelecimentos agropecuários. A nova organização da estrutura produtiva do setor primário, colocado em pauta pela expansão da fronteira agropecuária nos anos 70 e 80, não foi na verdade um processo de concentração fundiária este já existia como característica básica da produção extrativista.

Tabela 85
Proporção do Número e da Área dos Estabelecimentos, segundo Grupos de Área Total
Estado do Acre
1995

Grupos de área total (ha)	Proporção do número dos estabelecimentos (%)	Proporção da área dos estabelecimentos (%)
Menos de 10	16,7	0,5
10 a menos de 100	57,4	20,7
100 a menos de 1.000	24,6	39,2
1.000 a menos de 10.000	1,2	22,2
10.000 e mais	0,1	17,4
Total	100,0	100,0

Fonte: Fundação IBGE - Censo Agropecuário 1995-96.

Comparando-se com os dados do Censo Agropecuário de 1975 verifica-se que houve um aumento muito forte do número (de 4.555, em 1975, para 15.281, em 1995) e da área (de 430.509 ha para 1.740.029 ha) dos estabelecimentos agropecuários do Acre explorados pelos próprios proprietários.

⁴ Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre, v.2.

⁵ PAULA, E. A. de. *Op. cit.*, p. 234.

O número de estabelecimentos geridos por arrendatários diminuiu, de 8.911, em 1975, para apenas 125, em 1995, e a área desse grupo passou de 1.066.445 ha para 37.217 ha entre esses dois censos. No que diz respeito aos ocupantes, o número de estabelecimentos por eles controlados caiu de 11.269, em 1975, para 7.054, em 1995; e a área diminuiu de 1.787.896 ha para 548.390 ha.

Essa redução resultou, em boa medida, do processo de consolidação da propriedade da terra no Estado. Em 1975, o Acre incluía extensa zona em que a posse da terra era precária; a expansão agropecuária dos anos 70 e 80 foi acompanhada de um intenso processo de regularização das terras no Estado, declinando assim as proporções dos ocupantes como categoria de responsáveis pela exploração.

Quanto aos estabelecimentos geridos por administradores, houve aumento dessa categoria no número de unidades (de 266, em 1975, para 1.328, em 1996) e uma diminuição na área dos estabelecimentos desse grupo (de 1.006.928 ha para 857.429 no mesmo período).

Tabela 86
Número e Área dos Estabelecimentos, segundo a Condição do Responsável
Estado do Acre
1995

Condição do responsável	Estabelecimentos	Área (ha)
Proprietário	66.035	2.836.392
Arrendatário	3.487	61.999
Ocupante	1.464	21.938
Administrador	2302	568.39
		5

Fonte: Fundação IBGE – Censo Agropecuário 1995-96.

Os dados do Censo Agropecuário de 1995/96 revelam que predomina no Acre uma agricultura de reduzido padrão tecnológico. Em 1995, apenas 293 estabelecimentos (1,2% do total) tinham tratores, num total de apenas 433 unidades; apenas 2,9% dos estabelecimentos usaram fertilizantes; pouco mais de 4,5% dos estabelecimentos realizaram controle de pragas nas lavouras que cultivaram e 35,6% dos estabelecimentos efetuaram controle de doenças em animais. No que se refere à assistência técnica, somente 7,2% dos estabelecimentos a utilizaram e, para cerca de 48,4% dos que recorreram à

ela, as fontes eram governamentais. Apenas 2,1% dos estabelecimentos do Acre tomaram recursos emprestados para o desenvolvimento e a expansão de suas atividades no ano agrícola de 1995/96. Dos estabelecimentos agropecuários do Acre, somente 12,2% estavam ligados à fonte de energia elétrica.

Dentre os principais segmentos da pecuária do Acre, destaca-se a bovinocultura, que apresentou considerável expansão entre os dois últimos censos agropecuários (de 334,3 mil para 847,2 mil cabeças) em linha com o sugerido pela expansão das pastagens plantadas (de 257,7 mil ha em 1985 para 552,2 mil ha em 1995). Os efetivos de suínos e aves quase não apresentaram mudanças no período entre os dois últimos censos agropecuários.

Tabela 87
Efetivos da Pecuária
Estado do Acre
1996

Efetivos	Número de Cabeças
Bovinos	847.208
Suínos	161.181
Galinhas, galos, frangas e frangos	1.415.540

Fonte: Fundação IBGE – Censo Agropecuário 1995-96.

A pecuária bovina do Acre tem, em média, pouca produtividade e um caráter extensivo, voltando-se principalmente ao corte. Em 1996, cerca de 7,7 mil estabelecimentos e 699,6 mil animais se incluíam nessa categoria. Predominavam as atividades de cria e de cria e recria. Dos cerca de 13 mil estabelecimentos que declararam efetivos de bovinos, apenas 189 se especializaram na engorda.

Quanto ao leite, apenas 4 mil estabelecimentos tinham como principal finalidade a produção de leite. No todo, foram ordenhadas pouco mais de 52,4 mil vacas, com uma produção de 32,5 milhões de litros de leite no período do último Censo Agropecuário. Desse montante, apenas 15,5 milhões de litros foram vendidos; o restante foi consumido nos estabelecimentos.

As atividades de pecuária bovina no Acre foram desenvolvidas em estabelecimentos de todos os tamanhos, mas com alguma concentração nos médios e grandes. Assim, em 1996, do total de 847,2 mil bovinos do Estado,

cerca de 628,9 mil (74,2% do total) encontravam-se em estabelecimentos com mais de 100 hectares.

Demanda de Mão-de-Obra na Agropecuária do Acre – Sensor Rural

As estimativas da Fundação Seade para o período 1998-99 mostram que as principais atividades na demanda de mão-de-obra agrícola são culturas alimentares, predominantemente com baixo nível tecnológico utilizado no processo produtivo. Em 1999, o milho, o arroz e a mandioca foram responsáveis por 86% do total de equivalentes-homens-ano (EHA) demandados pelas principais culturas e por 77% da área total cultivada. Somando a cultura do feijão, que respondeu por 8,5% da demanda de força de trabalho e por 15,8% da área cultivada, nota-se que esse conjunto de quatro atividades ocupou mais de 95% dos trabalhadores rurais no Estado do Acre. As outras duas culturas, banana e guaraná, ficaram com os 5,7% restantes.

Tabela 88

Demanda da Força de Trabalho Agrícola Anual e Área, segundo as Principais Culturas Estado do Acre 1998-99

Principais Culturas	EHA (1)		1999 (%)	Área (1000 ha)		1999 (%)
	1998	1999		1998	1999	
Total	14.561	16.579	100,0	79,3	91,1	100,0
Arroz	3.542	4.131	24,9	18,9	22,0	24,2
Banana	600	802	4,8	5,0	6,7	7,3
Feijão	1.158	1.408	8,5	11,9	14,4	15,8
Guaraná	129	151	0,9	0,2	0,2	0,2
Mandioca	3.523	3.782	22,8	17,8	19,2	21,0
Milho	5.609	6.306	38,0	25,5	28,6	31,4

Fonte: Fundação Seade.

(1) EHA= Equivalentes-Homens-Ano.

Como as estimativas do Sensor Rural só contemplam as culturas presentes no Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA – IBGE), não estão sendo captadas as atividades ligadas ao extrativismo vegetal, muito importantes no Acre. Na pecuária, como foi salientado, a principal empregadora de mão-de-obra é a bovinocultura, com maior participação da atividade de corte, que ocupou quase 42% do total de EHA. Juntamente com a reforma de pastagem e a bovinocultura de leite, essas atividades responderam por 97% do emprego na pecuária do Estado. A atividade de suinocultura respondeu por cerca de 3% do total de EHA, ao passo que a avicultura teve pouquíssima expressão na ocupação de mão-de-obra no meio rural.

Tabela 89
 Demanda da Força de Trabalho Anual na Pecuária
 Estado do Acre
 1998-99

Pecuária	EHA (1)		1999 (%)	Área/Produção/Rebanho	
	1998	1999		1998	1999
Total	4.388	4.509	100,0	-	-
Reforma de Pastagem (2)	1.301	1.301	28,9	26	26
Bovinocultura de Corte (3)	1.772	1.878	41,6	862	914
Bovinocultura de Leite (4)	1.175	1.199	26,6	29.984	30.584
Suinocultura (3)	140	131	2,9	194	182

Fonte: Fundação Seade.

(1)EHA= Equivalentes-Homens-Ano.

(2) Área em mil hectares.

(3) Rebanho em mil cabeças.

(4) Produção em mil litros.

Histórico da Ocupação no Estado do Acre

O Acre teve sua inserção no mercado mundial com a comercialização da borracha natural e manteve sua base econômica assentada no mono-extrativismo desse produto. A história do Acre se confunde com a própria história do extrativismo da borracha na Amazônia Ocidental. Várias das características que conformam a economia acreana atual têm origem no modo como se deu o crescimento e a crise da empresa extrativista.

Será o interesse do capital estrangeiro quem articulará as condições de emergência da economia da borracha no Brasil por meio de financiamento com empréstimos estrangeiros da migração de nordestinos, a qual será viabilizada pelo governo nacional e administrada e incentivada pelos governos das províncias do Amazonas e Pará, adentrando as terras bolivianas. A história da ocupação do Acre tem o Estado presente em todos os momentos o Estado intermediando, orientando e promovendo a viabilização dos interesses articulados à reprodução do capital.

Ao contrário de outras regiões da Amazônia, o Acre só foi colonizado a partir da expansão do extrativismo da borracha para as regiões mais distantes de Belém e Manaus, que centralizavam a base do comércio do produto. As regiões de exploração mais antiga da borracha já haviam vivenciado formas distintas de ocupação, como, por exemplo, a coleta de “drogas do sertão”, a partir das missões jesuíticas e diversas experiências agrícolas próximas às cidades mais importantes. Houve, nessas regiões, a formação de núcleos

camponeses, habitados por uma população cabocla (mestiça de indígenas e colonos), vivendo sobretudo em áreas ribeirinhas, que, antes da metade do século XIX, já haviam configurado uma atividade produtiva, cujas bases principais se assentavam numa agricultura de subsistência, na caça, na pesca e num extrativismo extremamente diversificado, para subsistência e comercialização. Os principais produtos extrativistas comercializados, por volta de 1850, eram: o pirarucu, a salsa-parrilha, o óleo de copaíba e a castanha. Essas unidades produtivas foram denominadas “seringal caboclo”.

Até 1870, o território acreano estava ocupado basicamente pelos povos indígenas (cerca de 700 mil pessoas), por algumas centenas de peruanos que exploravam o caucho na região do Alto Purus e por alguns bolivianos que iniciavam a exploração de borracha natural no vale do rio Acre. Esse espaço geográfico da Amazônia fazia parte do território boliviano.⁶

Com a descoberta de novos usos para a borracha natural, as indústrias européia e norte-americana passaram a demandar em escala crescente a importação dessa matéria-prima existente, naquele período, unicamente na Amazônia.

A supervalorização da borracha nos mercados internacionais e a formação e a expansão da empresa seringalista, resultaram na substituição do modelo de “seringal caboclo”, diversificado e baseado na mão-de-obra familiar, por um modelo de seringal mono-extrativo, baseado em mão-de-obra livre. Foi este o modelo de colonização adotado na região do atual Estado do Acre.

A partir de 1877 inicia-se uma grande corrente migratória de populações oriundas do sertão nordestino para a região. Esses migrantes chegaram esperançosos de se apossarem das terras livres e abundantes nela existentes. Todavia, ao aportarem nas margens dos rios, defrontavam-se com outra situação. Além de não possuírem livre acesso à terra, passavam a subordinar-se de forma absoluta aos padrões seringalistas, proprietários das terras, através do sistema de relações mercantis, a chamada economia do aviamento. “O migrante nordestino que veio para a Amazônia era aparentemente livre, mas

⁶ PAULA, E. A. de. *Op. cit.*, p. 234.

nem mesmo sua força de trabalho lhe pertencia, porque não poderia vendê-la a quem lhe pagasse melhor preço.”⁷

A ocupação do território acreano foi marcada por inúmeros conflitos gerados inicialmente no processo de instalação da empresa extrativista, o que implicou perseguição e dizimação de grande parte da população indígena. Em seguida, motivado por interesses divergentes dos grupos de capitais que monopolizavam o comércio mundial da borracha, instaurou-se um conflito de natureza internacional envolvendo brasileiros, bolivianos e capitalistas norte-americanos, na disputa pela soberania do território acreano, no episódio conhecido como "Revolução Acreana" (1902-1903). Esse movimento contou com o total apoio e patrocínio do governo amazonense e foi dirigido pelos seringalistas instalados no território acreano, sob a liderança do gaúcho Plácido de Castro. Depois de uma série de negociações diplomáticas entre os governos da Bolívia e do Brasil, foi assinado em 1903 o Tratado de Petrópolis, que estabelecia a anexação do Acre ao território brasileiro, mediante indenizações e outras concessões ao governo boliviano.

Esse primeiro ciclo de extração da borracha, a sua fase áurea, durou até a primeira década do século, quando esse produto chegou a perfazer um terço das exportações totais brasileiras. Em 1913 teve início a produção em grande escala dos seringais cultivados do sudeste asiático. Como consequência imediata ocorreu uma baixa vertiginosa dos preços da borracha no mercado internacional. O modelo extrativista implantado na Amazônia, impossibilitado de competir com os novos concorrentes, entrou em crise, iniciando um período, que durou décadas, de profundo isolamento do governo central.

Além das razões internacionais da crise da borracha amazônica, é possível enumerar outras que explicam por que, apesar da sua exuberância, a economia da borracha não foi suficiente para firmar as raízes de um processo de desenvolvimento econômico. A forma de internação do homem na floresta para extração do látex, o fato de não se fazerem aberturas de terras e a grande necessidade de mão-de-obra por parte da atividade principal impediram que ali se desenvolvesse uma agricultura comercial produtora de alimentos. A despeito de ocupar mão-de-obra livre, não criou o assalariamento,

⁷ PAULA, E. A. de. *Op. cit.*, p. 236.

transformando sua mão-de-obra, por meio da economia do aviamento, em produtores diretos. Sua estrutura de comercialização e o domínio exercido pelo capital mercantil (nacional e estrangeiro) atomizaram internamente o uso de parte do excedente, permitindo grande evasão para o exterior, com importações de bens e serviços e remessas de lucros e juros.⁸

A crise da economia da borracha mergulhou a região Amazônica na estagnação e decadência até fins da década de 30 e início da seguinte, quando então encontraria novas articulações de sua economia, agora mais vinculada ao mercado nacional. Com o advento da Segunda Guerra Mundial e a invasão do sudeste asiático pelos japoneses, os centros industriais mais avançados do Ocidente foram duramente atingidos pela falta de borracha natural, matéria-prima imprescindível naquele momento, inclusive para a indústria bélica.

Em resposta a essa demanda, que se consubstanciou num acordo do governo brasileiro com o governo norte-americano para reativação da produção de borracha na Amazônia – o "Tratado de Washington" –, em 1942, foi criado o Serviço de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA), visando organizar e incentivar a migração de um novo contingente de nordestinos, que ficaram conhecidos como "soldados da borracha". Além disso, o mais importante, o governo criou também o Banco de Crédito da Borracha, estabeleceu o monopólio estatal sobre esse produto e fixou regras para regulação das relações de trabalho nos seringais como condição para efetivação das operações de crédito com os seringalistas.

Essas regras instituíram o contrato-padrão, o qual assegurava ao seringueiro determinados direitos e impunha obrigações. No que se refere aos direitos, ele era considerado um arrendatário e receberia 60% de sua produção de borracha a um preço correspondente àqueles praticados nas praças de Belém e Manaus. Garantia-se ainda um hectare de terra para plantio, além da pesca e da caça e venda de peles de animais. Quanto às obrigações, ficava estabelecida a exclusividade da venda da borracha para o seringalista contratante. O não-cumprimento dessa cláusula configurava fraude, sujeita à ação penal. Esse fato representou uma mudança significativa em relação ao

⁸ CANO, W. Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil - 1930-1995, Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas, 1998, p. 50.

período anterior, no qual as regras eram determinadas pelos seringalistas sem limitações legais.

O segundo ciclo da borracha teve, no entanto, curta duração. Com o término da Segunda Guerra Mundial, os seringais de cultivo do sudeste asiático foram retomados pelas potências industriais do Ocidente. Somado a esse fato, a indústria passou a utilizar em escala crescente a borracha sintética, obtida a partir dos resíduos do processamento industrial do petróleo. Com isso o extrativismo da borracha natural na Amazônia sofreu grande impacto e entrou novamente em crise, só minimizada na década de 60 com o advento da expansão do parque industrial nacional, que ampliou o mercado interno e possibilitou, por medidas protecionistas do Estado, a absorção da borracha natural produzida nos seringais nativos da Amazônia.

A partir da década de 60 também intensificaram-se os conflitos de classes no interior das empresas extrativistas, ocorrendo tanto ações coletivas como atitudes individuais de seringueiros contra patrões seringalistas. Era comum, em cidades como Xapuri, os seringueiros dirigirem-se ao banco para denunciar o patrão que não cumpria a tabela oficial de preços da borracha fixada pelo governo federal. Também foi nesse período que surgiram as primeiras formas de organização política no campo acreano, como núcleos do PCB, Ligas Camponesas e cooperativas apoiadas pela Igreja Católica.⁹

Nos anos 60, os governos militares caracterizavam a Amazônia como um grande vazio demográfico, "um deserto verde", que precisava urgentemente ser "inundado da civilização fecundadora".¹⁰ Por causa dessa visão, no final da década foram intensificadas as ações governamentais que tornaram a região alvo de grandes correntes migratórias, das várias regiões do país, incentivadas pelo governo federal por meio da abertura de estradas e da implantação de projetos de colonização.

Em 1966, o governo Castelo Branco propôs um conjunto de medidas denominadas "Operação Amazônica", criando a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e o Banco da Amazônia S/A (Basa) e

⁹ PAULA, E. A. de. *Op. cit.*, p. 237.

¹⁰ COUTO E SILVA, G. do, *Geopolítica do Brasil*, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1967, p. 46-47.

instituindo incentivos fiscais para atrair o investimento de capitais para a região, oferecendo desde isenção do imposto de renda para pessoas jurídicas até a desobrigação total do pagamento de taxas sobre importação de máquinas e equipamentos.

A política desenvolvimentista, delineada no Plano de Integração Nacional, que vigorou por toda década de 70, pretendia inibir as tensões sociais que estavam sendo geradas pela concentração fundiária e pela modernização capitalista da agricultura no Centro-Sul e no Nordeste do país. Durante os anos 70 e 80, observou-se um enorme crescimento populacional na Região Norte, acompanhado de intensa urbanização. Os Estados do Acre e do Amazonas, que não constituíram a "fronteira agromineral" tiveram, forte redução relativa de sua população rural.

Esse conjunto de medidas transformou a Amazônia em alvo de múltiplos interesses de grandes grupos industriais e financeiros, abrindo campo para a especulação fundiária. O processo de reorientação promovido pelo governo federal da economia amazônica, e particularmente da economia acreana, contou, de um lado, com a retirada do apoio financeiro aos seringalistas e, de outro, com incentivos fiscais, financiamentos e propaganda junto aos potenciais investidores. Com o extrativismo gumífero em crise no mercado e sem apoio creditício, os seringalistas foram induzidos a vender suas terras, que apresentavam, naquele contexto, preços extremamente atrativos.

O Acre foi incorporado marginalmente nesse processo – seu isolamento não o tornava particularmente atrativo aos investimentos. Assim, o que parece ter contado mais no processo acreano foi a junção da gravidade da crise dos seringalistas – marcada pelo quadro de falência e endividamento generalizado junto ao Basa e preços extremamente baixos da terra – com a campanha do então governador do Acre, Wanderley Dantas, que priorizou o incentivo à introdução de inovações técnico-produtivas no setor primário, simultaneamente a campanhas publicitárias para atrair investimentos de capitais, como forma de incorporar o Acre à “modernização” amazônica. O esforço foi bem-sucedido. Segundo estudo do Cedeplar de 1979, entre 1972 e 1974 a valorização das terras no Estado não foi menor que 1000%, tendo sido maior nas áreas já servidas por rodovias, onde teria chegado a 2000%.

Essa valorização das terras mudou a lógica de apropriação até então dominante e provocou uma corrida ao reconhecimento da titulação. Até 1903, data do Tratado de Petrópolis, foram feitos três tipos de concessão de títulos de propriedade da terra, e conseqüentemente, o território acreano se encontrou sob jurisdição de três aparelhos político-jurídico-administrativos, quais sejam: o do Amazonas, o da Bolívia e o do Estado Independente do Acre. Na época, o Governo Federal, que acabava de anexar o território do Acre, se comprometeu a regularizar tal situação, o que, de fato, não ocorreu.

Nem havia interesse nessa regularização. O interesse maior do seringalista não estava na valorização da propriedade da terra em si, mas na exploração dos "caminhos de seringa" que esta lhe proporcionava, sendo a contagem desses "caminhos" inclusive a forma de "demarcação" da terra comumente utilizada. A expansão da propriedade era então unicamente limitada pela presença dos índios, que eram facilmente expulsos ou dizimados pela lógica de incorporação da terra à empresa extrativista.

A irregularidade das pretensas propriedades só emergiu quando o Governo Federal estimulou a reorganização do espaço econômico. Na nova situação, a terra assume efetivamente o caráter de mercadoria.

Na primeira metade da década de 70, aproximadamente um terço do território acreano, cerca de cinco milhões de hectares, já tinha sido transferido às mãos de pessoas ou grupos de fora do Estado. Por serem oriundos majoritariamente do Estado de São Paulo, esses novos proprietários de terras ficaram conhecidos regionalmente como "paulistas".

A lógica da "corrida às terras baratas" determina a forma de sua apropriação. Parte permanece totalmente improdutiva, como mera reserva de valor; parte é utilizada com a pecuária extensiva, pois o que pesou como determinante na sua aquisição foram menos os incentivos fiscais, que poderiam, em alguma medida, condicionar sua exploração, e muito mais o seu baixo preço, que viabilizava a aquisição de extensas áreas.

Ocorre que os seringais desativados que se tornaram alvo dessa procura permaneciam ocupados pelos seringueiros, antigos empregados, que, com o abandono da exploração econômica pelo seringalista, sobreviviam como

produtores autônomos, do extrativismo, combinado por vezes com a agricultura de subsistência, do mesmo modo como sobreviviam nos períodos de baixa acentuada do mercado internacional da borracha natural. A intermitência entre abandono e reativação do seringal ao longo da história, obedecendo às oscilações do mercado, tradicionalmente permitiu a permanência dos seringueiros.

No novo contexto, a presença de ocupantes questiona diretamente a nova lógica de apropriação. O emprego da violência, com apoio da polícia, como regra comum para expulsão dos posseiros, aliado à arrogância dos "paulistas", gerou em um curto espaço de tempo um clima de revolta e insatisfação generalizada no campo.

Os "seringueiros", destituídos da propriedade legal da terra, lutam para manter suas condições de reprodução social, o que implica fundamentalmente, a preservação da floresta e a sua permanência nela. Os "fazendeiros", possuidores da propriedade legal da terra, têm interesse em substituir a floresta pela pecuária extensiva de corte, o que implica a expulsão dos seringueiros.

Assim, o confronto entre seringueiros e "paulistas" é a marca mais destacada desse processo de reorganização do espaço econômico, como outrora o confronto entre seringalistas e índios foi a marca da implantação da economia extrativista. No eixo da BR-317, que liga a capital do Estado aos municípios de Xapuri, Brasiléia e Assis Brasil, na fronteira com o Peru, registrou-se o maior número de conflitos, uma vez que essa região do Vale do Acre foi a mais cobiçada pelos "paulistas".¹¹

Com o agravamento dos conflitos decorrentes da entrada dos "novos proprietários", o governo do Acre foi ocupado por Geraldo Mesquita (1975-1979), que assume com uma plataforma de defesa das elites locais contra o avanço dos "paulistas". Mesmo limitado pelo decreto-lei 1.164/71, que transferia quase a totalidade do território do Acre para o Conselho de

¹¹ A intensidade do conflito entre proprietários e ocupantes, no entanto, parece se dar em graus diferenciados nas diversas regiões do Estado. Onde a terra encontra-se já valorizada, ela não é disponível. Nos locais onde a perspectiva de valorização é ainda remota, aparentemente permanece a estrutura dos antigos seringais desativados, configurando imensas propriedades improdutivas, como um espaço para a fixação dos produtores sem terra. Contudo, na medida em que as condições de infra-estrutura elevem o valor da renda da propriedade, a perspectiva é a formação de novas frentes de tensão e conflitos.

Segurança Nacional – passando para o governo federal o controle das terras devolutas situadas numa faixa de 100 km de cada margem dos eixos das rodovias já construídas ou projetadas –, o governo Mesquita tomou uma série de medidas. Entre elas destacam-se, em 1976, nas proximidades de Rio Branco a criação de seis Núcleos de Apoio Rural Integrado (Nari's), com dois mil lotes agrícolas com área de 10 a 100 ha para assentar pequenos produtores, financiados com recursos do Poloamazônia e a criação do Projeto de Assentamento Dirigido (PAD) Redenção com capacidade para assentar 500 famílias numa área de 30.000 ha, em terras desapropriadas pelo Incra e alienadas ao governo do estado do Acre com a finalidade de implantar um assentamento modelo.

A ação do governador Geraldo Mesquita ia de encontro à linha de ação do Governo Federal, que completava sua política de reorganização do espaço econômico da Amazônia com o estímulo à transferência de pequenos produtores rurais, que deveriam aqui cumprir sua sina de abertura de fronteira agrícola e, sobrevivendo no limite, colocar-se como mão-de-obra habilitada e disponível para os empreendimentos empresariais no campo. É esse o sentido dos critérios que orientavam a concessão de terras nos projetos de assentamento, que exigiam experiência agrícola anterior e mão-de-obra familiar suficiente.

Entre 1975 e 1977 foram fundados sindicatos de trabalhadores rurais, pela Contag, em sete dos doze municípios existentes naquele período. Esse sindicalismo nascente centrou suas lutas na resolução de dois problemas cruciais: a garantia do direito de posse da terra aos seus ocupantes e a suspensão do pagamento da renda aos patrões seringalistas para evitar que os seringueiros fossem enquadrados na categoria de arrendatários, o que implicava o reconhecimento da propriedade do seringalista. O objetivo da Contag era enquadrar juridicamente os seringueiros na categoria de "posseiros", para que fossem amparados pelo Estatuto da Terra, que assegurava o direito de posse àqueles que ocupavam a terra por mais de um ano e um dia consecutivos.

Em março de 1975 o STR de Brasília, principal referência de luta nesse período, realizou no Seringal Carmem o primeiro de uma série de "empates"

que passaram a acontecer com freqüência na região. O "empate" foi uma forma de luta desenvolvida no interior das matas que consistia na mobilização de grupos de posseiros armados para impedir os desmatamentos e proteger suas posses contra o avanço dos "novos" proprietários rurais. O trabalho da Igreja na conscientização dos direitos, associado ao trabalho dos advogados dos STR's e ao respeito que os seringueiros tinham pela lei, dava-lhes a convicção da legalidade de sua reivindicação e ajudam a explicar o desenvolvimento dessas formas de luta mesmo durante a vigência da ditadura militar.

Em julho de 1980 foi assassinado Wilson Pinheiro, presidente do STR de Brasília e principal liderança do sindicalismo acreano. Diante do agravamento das tensões sociais na região o governo federal tomou uma série de medidas objetivando demobilizar os conflitos. O Conselho de Segurança Nacional passou a considerar o Acre um dos estados prioritários para a ação fundiária do governo. Do final dos anos 70 até 1984 foram implantados pelo Incra cinco Projetos de Assentamento Dirigido (PAD's, também chamados de Projetos de Colonização, PC's), com capacidade para assentar aproximadamente 9.300 famílias. Diferentemente do que ocorreu nos outros estados da Amazônia, uma grande parte das famílias assentadas nesses projetos residia no território acreano. Entretanto, a exemplo dos outros estados, a inexistência de infraestrutura e de políticas públicas de apoio acabou determinando um elevado índice de desistência e abandono dos lotes: 32,7% até 1987.

A estrutura de classes no campo acreano nos anos 80 apresentou modificações consideráveis em relação à década anterior. A figura do patrão seringalista praticamente desapareceu e foi substituída por grandes e médios pecuaristas. Com relação às classes subalternas, verificou-se, além dos seringueiros e demais "posseiros", a emergência de milhares de "colonos" dos PAD's implantados pelo Incra, bem como um número considerável de assalariados rurais vinculados a atividades temporárias (desmatamentos, limpezas de campo, etc.) ou permanentes nas atividades ligadas à pecuária.

As experiências com o modelo tradicional de assentamentos rurais no Acre têm ocasionado problemas para milhares de pequenos produtores rurais, mormente no que se refere à divisão dos lotes. Esta é feita em retângulos

padronizados, sem levar em conta a aptidão agrícola dos solos, a distribuição das classes de relevo, a distribuição e qualidade da rede hidrográfica e o potencial de uso da vegetação.

Somam-se a isso os custos elevados de implantação e manutenção da rede viária, que é planejada nos escritórios, desenhada em linhas retas, não observando as questões de relevo e hidrografia, ocasionando um aumento do número de pontes, do volume de corte e aterros e da manutenção das estradas, o que condiciona as famílias ao completo isolamento no período chuvoso.

Por vezes, há um completo desrespeito às áreas de uso das populações tradicionais, onde as "colocações" dos seringueiros que possuíam em média 300 hectares foram reduzidas a um terço disso, inviabilizando a atividade extrativa. Além disso, os desmatamentos em áreas de abundância de espécies com potencial extrativista, como seringueiras, castanheiras e outras, impedem o manejo de uso múltiplo da floresta, também prejudicado pela falta de assistência técnica e de alternativas de produção.

Como conseqüência, os "colonos" tendem a praticar a agricultura itinerante em que, após a derrubada e queima a floresta primária, efetua-se o plantio de culturas anuais, como feijão, milho, arroz e mandioca. A produção destina-se prioritariamente para o consumo próprio, e o excedente é destinado à comercialização. Após dois ou quatro anos de cultivo, os agricultores geralmente abandonam a área inicial, devido a fatores como empobrecimento químico do solo, aumento da resistência do solo (compactação), surgimento de plantas invasoras, ocorrência de pragas e doenças etc. A área é então deixada em pousio (capoeira) para depois, em ciclos que variam de cinco a dez anos, serem novamente derrubadas e queimadas, para a implantação de culturas anuais, pastagens ou culturas perenes. Com o tempo, as pastagens evoluem novamente para florestas secundárias, retornando ao ciclo de derrubada e queimada.

Conforme o Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Acre, os dados sobre tendências do uso do solo pelos "colonos" em alguns estudos de caso revelam uma retração na área de capoeira e conseqüentemente nas áreas de cultivo anual, restringindo a produção comercial. Destaca-se um incremento

nas áreas destinadas a culturas perenes, mormente nos ramais mais próximos ao centros consumidores.

Observa-se com muito mais ênfase a conversão de áreas com florestas primárias e secundárias em pastagens, o que aponta para um forte processo de pecuarização da pequena produção e abandono da agricultura itinerante, resultando em maior desmatamento da cobertura florestal. A pecuária representa aqui uma melhor alternativa de obter rendimentos monetários e de reserva de valor em relação aos resultados obtidos com culturas anuais em áreas de capoeira. Tanto o cultivo de culturas perenes quanto a maior pecuarização da produção dos colonos apontam para uma busca de alternativas econômicas perante a crise da agricultura itinerante, crise que encontra suas raízes fora do âmbito de uma não numa maior pressão demográfica que, devido à maior procura por terras, levaria ao uso mais intensivo do solo. Trata-se aqui, antes, da impossibilidade de esse sistema prover os pequenos produtores das condições para a sua reprodução econômica diante das condições ecológicas e econômicas subjacentes.

Novos atores também se agregaram aos conflitos entre seringueiros e pecuaristas, determinando outros resultados. Um dos processos mais significativos é o das lutas do STR de Xapuri, presidido por Chico Mendes.

Desde o final dos anos 70 os seringueiros do STR de Xapuri conquistaram o fim do pagamento da renda aos patrões seringalistas. Seu maior problema era, no entanto, garantir a permanência nos seringais – preservando sua condição de "autônomos", isto é, sem quaisquer vínculos de subordinação com os patrões seringalistas – e seu enquadramento legal como posseiros. Isso implicava um confronto permanente com os novos proprietários das áreas ocupadas pelos seringais nativos, os pecuaristas, uma vez que estes exigiam a derrubada constante de novas áreas de floresta, como decorrência do sistema de produção da pecuária extensiva, altamente esgotador do solo e degradador do ambiente.

Chico Mendes imprimiu ao sindicato um intenso trabalho de mobilização de base, por meio de delegacias sindicais, de cursos de formação de lideranças e, nas lutas de resistência, estimulou os "empates". Entre 1983 e 1988, os "empates" ocuparam um lugar central nos conflitos de terra, na luta de

resistência dos seringueiros e na estratégia do STR de Xapuri. A formação de comitês de solidariedade à luta dos seringueiros de Xapuri, na cidade de Rio Branco, integrados por sindicatos urbanos, associações de moradores, ONG's, e outros, deu um salto de qualidade no apoio político com denúncias na imprensa, deslocamento de comitivas para os locais dos conflitos e arrecadação de fundos.

Além disso, naquela época, o tema da preservação da floresta amazônica foi alçado a um lugar de destaque nos debates sobre o futuro do planeta, sobretudo pela ascensão dos movimentos e das organizações ambientalistas na Europa e nos Estados Unidos. A derrubada de 2.700.000 ha de vegetação natural em Rondônia em apenas dez anos – resultado da pavimentação da BR-364, financiada pelo BID – e a possibilidade de essa tragédia se repetir na continuação da estrada no sentido Porto Velho–Rio Branco e sua possível ligação para o Oceano Pacífico através do Peru passaram a ser amplamente denunciadas, localmente e internacionalmente, e o BID, acusado de co-responsável, foi alvo de severas críticas e pressões contra esse tipo de financiamento.

É nessa conjuntura que o STR de Xapuri tomou a iniciativa de realizar o 1º Encontro Nacional de Seringueiros em outubro de 1985, em Brasília. Com uma pauta que englobava temas como Desenvolvimento para a Amazônia, Reforma Agrária, Política para a Borracha, Educação, Saúde e Seguridade Social, o encontro acabou produzindo três resultados imediatos: a formulação de uma proposta original de reforma agrária (as reservas extrativistas); a criação do Conselho Nacional dos Seringueiros; e uma projeção que deu visibilidade política às lutas de uma categoria social até então desconhecida nacionalmente.

O fracasso dos projetos de assentamento do Incra indicavam claramente a necessidade de novas alternativas para a resolução dos conflitos fundiários da região. Assim, os seringueiros começaram a reivindicar a desapropriação dos seringais, mantendo, porém, a estrutura original de posse e uso da terra, configurada em torno das "colocações" de seringa, que eram as unidades produtivas dos seringueiros.

O seringal é uma unidade territorial formada por um conjunto de colocações, que são por sua vez unidades sócio-espaciais de um tamanho ideal, com 300 ha em média, podendo chegar a 600 ha. Nos seringais nativos, as seringueiras estão naturalmente dispostas ao longo das chamadas "estradas de seringa", que vão serpenteando por dentro da mata, atravessando igarapés e grotas, subindo e descendo morros, e o sistema de lotes utilizado pelo Incra, com base no Estatuto da Terra, iria recortar uma área sem comportar o critério da distribuição desse recurso natural fundamental para a subsistência da atividade seringueira. Caricaturalmente, podemos dizer que corria-se o risco de ter, por exemplo, um seringueiro dono do espigão da estrada, que é o caminho de acesso à mesma, e a estrada mesma estar no lote do vizinho. Enfim, o sistema de lotes não funcionava para a situação dos seringueiros.

"A reserva extrativista (Resex) é a reforma agrária do seringueiro. É o reconhecimento de áreas de floresta, ocupadas tradicionalmente por seringueiros e outros extrativistas, como área de domínio da União, com usufruto exclusivo dos seringueiros organizados em cooperativas ou associações. Na Resex não há títulos individuais de propriedade. Nelas, serão respeitadas as culturas e as formas tradicionais de organização e trabalho dos seringueiros, que continuarão a realizar a extração de produtos de valor comercial como a borracha, a castanha e muitos outros. A Resex não é apenas a reforma agrária dos seringueiros. É também uma forma de preservação da natureza e dos que dela dependem".¹²

A proposta das reservas extrativistas foi reconhecida pelo Incra em 1987 com a criação dos Projetos de Assentamento Extrativista (PAE's) os quais incorporavam aspectos fundamentais das reivindicações dos seringueiros, tais como desapropriação dos seringais e manutenção da estrutura de posse e uso da terra por meio de instrumentos contratuais que evitassem o fracionamento da área e a titulação individual das "colocações". Esse modelo expressava uma ruptura radical com o modelo de reforma agrária até então instituído pelo Incra no Estado.

Entre 1986 e 1989, foram criados cinco PAE's na região do vale dos rios Acre e Purus, destinados a atender aproximadamente 891 famílias de

¹² STR Xapuri, CUT, CNS, 1989, p. 6.

seringueiros que já viviam nessas áreas. Além destes, foram criados mais quatro Projetos de Assentamento (PA's), dois no vale do rio Acre e dois no vale do rio Juruá, com capacidade para assentar 360 famílias. Assim foram beneficiadas apenas 1.251 famílias, quando a meta estabelecida no PRRA/AC era de assentar 8.500 famílias.

Uma das dimensões inovadoras da proposta de Resex é a busca da síntese de uma herança cultural tradicional amazônica na relação homem/natureza com as aspirações contemporâneas em prol da conservação do meio ambiente e dos recursos naturais, expressa em diversas partes do planeta pelos movimentos ambientalistas. Nessa busca, a necessidade de indivisibilidade da terra, associada à necessidade jurídica de estabelecer o domínio legal sobre ela, acabou conferindo de forma implícita uma nova função social para a terra, uma vez que a define como posse do Estado destinada ao uso temporário de seus ocupantes tradicionais mediante contrato que regula sua forma de exploração. É como contraposição à propriedade privada da terra que a proposta de Resex tem enfrentado fortes oposições da classe dominante.

A proposta de Resex angariou simpatias dos movimentos ambientalistas locais e internacionais, personalidades acadêmicas e mesmo de certos tecnocratas do Estado. Contudo, somente após o assassinato de Chico Mendes, em 1988, e sua intensa repercussão, é que foram criadas as primeiras Resex, por meio do decreto federal 98.987/90, que as regula de forma genérica, apresentando como sua finalidade a exploração auto-sustentável e a conservação dos recursos renováveis por populações extrativistas. O motivo de sua criação é o interesse ecológico e social. Como unidades de conservação ambiental, estão vinculadas ao Ibama. No Acre foram criadas as Resex Chico Mendes, no Vale do Acre e Alto Juruá, no Vale do Juruá.

Como resposta ao crescimento do poder do sindicalismo no campo nos anos 80, o governo federal por meio da Sudhevea, financiou a implantação de várias miniusinas de beneficiamento de borracha para serem gerenciadas pelos seringueiros a partir de associações desenvolvidas para essa finalidade. Criadas "de cima para baixo" e gerenciadas por técnicos da Sudhevea com pequena participação dos seringueiros, essas associações tiveram vida curta. Em menos de cinco anos acabaram se tornando fonte da corrupção que

precipitou sua falência absoluta. O governo estadual, por sua vez, incentivou e financiou a criação de associações e cooperativas. Estimulados pela oferta de caminhões, tratores, beneficiadoras de grãos, construção de estradas, postos de saúde ou escolas, os "colonos", com a orientação dos extensionistas, fundavam, "da noite para o dia", associações nas suas comunidades.

Enquanto nos sindicatos predominava a defesa de reivindicações mais gerais ligadas a crédito, infra-estrutura social e produtiva, etc., as associações exibiam alguns equipamentos doados pelo governo, sinalizando com isso possibilidades mais concretas de resolução de alguns problemas imediatos. Os efeitos dessa prática produziram uma grande desarticulação nas bases sindicais nos anos 90.

Na década de 90 o Conselho Nacional de Seringueiros, além de ampliar sua base social para incluir além dos seringueiros, os demais trabalhadores extrativistas e ribeirinhos da Amazônia, voltou suas ações prioritariamente para questões ligadas à conservação ambiental assumindo um papel de "agência de fomento". Aproveitando-se do *boom* das ofertas internacionais de financiamento a fundo perdido para a Amazônia, o CNS direcionou principalmente para o município de Xapuri, pela Cooperativa Agro Extrativista de Xapuri (Caex), o maior volume de recursos para serem aplicados na área do Seringal Cachoeira (PAE Chico Mendes), considerada a de maior tradição de lutas e melhor nível de organização sindical com 87,5% de sindicalizados, implantando um modelo baseado na organização cooperativista e na agroindustrialização de produtos florestais não-madeiráveis, visando ao atendimento das demandas crescentes do mercado de consumo internacional para produtos naturais, oriundos da floresta tropical.

A experiência da Caex na agroindustrialização da castanha tornou-se fortemente dependente dos subsídios e do apoio operacional das agências financiadoras internacionais. Com o declínio desses financiamentos a situação da Caex atualmente encontra-se em processo falimentar.

O Bird iniciou em 1995 a execução do Projeto Reservas Extrativistas componente do Programa Piloto para Proteção de Florestas Tropicais do Brasil (PP-G7). Estavam previstos investimentos na ordem de U\$ 9,7 milhões nas Resex Chico Mendes e Alto Juruá, no Acre, rio Ouro Preto, em Rondônia, e do

rio Cajari, no Amapá, com o objetivo de "testar modelos de gerenciamento apropriados, aperfeiçoando os métodos das populações tradicionais por intermédio da co-gestão entre governo e sociedade, tendo por base a conservação dos recursos naturais".

Com objetivos similares a esses, foram executados cinco grandes projetos no Acre nos anos 90. O Programa de Proteção ao Meio Ambiente e Comunidades Indígenas (PMACI), financiado pelo Bird por meio do Ministério do Meio Ambiente; o Projeto de Implantação da Reserva Alto Juruá e Desenvolvimento Comunitário das Áreas Indígenas Circunvizinhas, financiado pelo BNDES; o Projeto de Execução Descentralizada (PED) financiado pelo Bird; o Projeto Meio Ambiente na Amazônia: Manejo Sustentável das Reservas Florestais Acreanas, financiado pela Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (ACDI); e o Projeto Antimari, financiado pela Internacional Timble Tropical Organization (ITTO). Integrando o PP-G7 também já está aprovado o projeto Promanejo – Manejo Sustentável da Floresta Tropical – para o qual estão previstos financiamentos no volume de U\$ 18 milhões. O volume total de recursos financeiros alocados para o Estado do Acre é estimado em U\$ 14 milhões.¹³

Também merecem destaque os Pólos Agroflorestais criados durante a gestão 1993-1996 na prefeitura municipal de Rio Branco. Divulgados como uma proposta de reforma agrária da prefeitura, objetivavam criar alternativas de moradia, emprego e renda para uma parcela das famílias que habita a periferia da cidade, na sua maioria oriundas do meio rural. Constituem também parte do esforço para minorar a necessidade de importação de alimentos, principalmente perecíveis, para abastecer a população da capital do Estado.

Foram criados cinco Pólos de Produção Agroflorestal, sendo dois voltados à produção de hortaliças nas proximidades da área urbana. Nesses pólos, a terra é propriedade da prefeitura, e o seu regime de uso foi normatizado por um contrato de concessão de uso válido por 30 anos. Foram beneficiadas 200 famílias que ocupam lotes que variam de 3,4 a 4,0 ha. A infra-estrutura geral e a assistência técnica ficaram sob responsabilidade da prefeitura. Os pólos

¹³ PAULA, E. A. de. *Op. cit.*, p. 265.

produzem verduras e legumes, mandioca, maracujá, mamão, banana, limão, acerola, araçá-boi e milho.

Por iniciativa da Comissão Pastoral da Terra (CPT) recentemente foram criadas diversas centrais de associações com o objetivo de unificar as dezenas de associações dispersas nos projetos de assentamento. A maior delas conta com mais de 30 associações filiadas: a Central de Associações dos Produtores de Epitaciolândia e Brasília (Capeb), que centra suas atividades na comercialização e no beneficiamento de alguns produtos.

A experiência que tem atraído maiores atenções é a da Associação dos Pequenos Produtores do Projeto Reça (Reflorestamento Econômico Consorciado Adensado), a ela filiadas quatro associações e dois grupos de produtores. O Projeto Reça está localizado no distrito de Nova Califórnia, município de Porto Velho, no Estado de Rondônia, às margens da BR 364, a 150 Km de Rio Branco-AC e a 350 Km de Porto Velho em uma área que até recentemente estava em litígio com o Estado do Acre.

A associação de produtores do Projeto Reça foi uma das pioneiras na implantação, a partir de 1989, de Sistemas Agroflorestais (SAF's) do tipo multiestratos, tendo como componentes básicos o cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*), a pupunha (*Bactris gasipaes*), a castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa*) e culturas anuais de subsistência.

Acredita-se que os Sistemas Agroflorestais (SAF's) adaptem-se muito bem ao esquema de produção da agricultura familiar, pois potencializam o uso da mão-de-obra disponível na propriedade. A diversificação e a integração dos cultivos e a criação de animais podem ser extremamente benéficos ao meio ambiente e às condições socioculturais do pequeno produtor. Esse sistema de uso da terra é visto como uma alternativa para minimizar a degradação ambiental, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável.

O Projeto Reça tem se tornado uma referência na Amazônia. São 650 ha de sistemas agroflorestais, distribuídos nas propriedades dos 274 agricultores associados. O que o distingue das demais experiências associativas é a sua composição social e a articulação de seu projeto em vários níveis: da organização dos produtores, da implantação de culturas regionais e da

industrialização e comercialização da produção. Na organização, predomina o trabalho em grupos, como o estímulo à solidariedade, a partir de trocas de dias de trabalho, mutirões, etc. Na implantação de culturas foram utilizadas de forma consorciada diversas espécies regionais, sendo as principais o cupuaçu e a pupunha. A industrialização e comercialização da polpa de cupuaçu e do palmito de pupunha teve início entre 1993 e 1994.

Alguns estudos recentes comprovam que os SAF's do Projeto Reça têm obtido rentabilidade econômica satisfatória e que aqueles SAF's em que predomina o cupuaçu têm até 230% mais de rentabilidade em relação àqueles em que predomina a pupunheira. E apesar de haver consideráveis riscos devido a fatores institucionais relativos aos mercados de insumos, de produtos, de mão-de-obra não-qualificada e de informações técnicas, o grau de cooperação social da comunidade minimiza as ameaças ao sistema.

Na década de 70 e início dos 80, o setor primário (agropecuária e extrativismo) apresentou uma queda drástica na sua participação relativa na composição do PIB do Acre, passando de 40,8 % para 16,7%, segundo dados de anuários estatísticos do IBGE. Essa inversão reflete um intenso processo de transformação que se deu na produção rural e nas dinâmicas sociais, econômicas e políticas do Estado. Essa transformação estrutural do Acre, a partir da década de 70, não se caracterizou por um processo tranquilo. Longe disso, ela só foi possível em função de ações voltadas ao desmonte da estrutura anterior, gerando vários conflitos sociais e levando a consequências ecológicas desastrosas. Foi com a reação dos seringueiros, lutando contra a expansão dos grandes empreendimentos pecuaristas, a partir da década de 80, que o antigo modelo de "seringal caboclo" tornou-se uma referência de desenvolvimento sustentável na Amazônia, atualizado no conceito de neo-extrativismo.

Neo-extrativismo é um conceito proposto por Rêgo (1998)¹⁴ que procura sintetizar e orientar vários esforços de valorização da produção extrativista do Estado do Acre, salientando que o extrativismo concreto praticado na Amazônia não deve ser confundido com uma mera atividade de coleta. Pelo contrário, constitui um sistema integrado de intervenções humanas baseadas

¹⁴ RÊGO, J. F. *Amazônia: do extrativismo ao neo-extrativismo*. Ciência Hoje. 1998.

na racionalidade da produção familiar, no seu universo cultural específico e em diversas formas de manejo dos recursos naturais, associados à introdução e à exploração de plantas e animais praticadas com baixo impacto sobre o ecossistema. Valendo-se dessa visão mais ampla do extrativismo, o autor apresenta o conceito de neo-extrativismo como forma de diversificação e incorporação de progresso técnico ao extrativismo tradicional.

O neo-extrativismo baseia-se numa combinação da extração de produtos da floresta com sistemas de cultivo de espécies nativas que imitem a estrutura da floresta – criação de animais, inclusive silvestres, e agroindústria, pautando-se em inovações tecnológicas adequadas e em consonância com as características culturais das populações extrativistas.

Essas características culturais distinguem-se pelo modo de vida particular e pela identidade ou auto-reconhecimento dos grupos sociais. O modo de vida tem sua matriz na dependência e simbiose com a natureza, no conhecimento empírico e simbólico dos ciclos e recursos naturais, e tal saber é a base dos sistemas de manejo de baixo impacto praticados. A produção apóia-se no trabalho familiar ou comunitário, depende do uso imediato dos recursos, subordina-se aos ciclos naturais e tem como racionalidade não o lucro, mas a reprodução social e cultural. Apesar dessa matriz comum, cada grupo tradicional (seringueiros, ribeirinhos, índios etc.) tem características culturais próprias.

Nessa ótica, o neo-extrativismo envolve os componentes “agro” e “florestal”, além do extrativismo “puro”. Mas não estão incluídas a agropecuária e a silvicultura modernas, baseadas na revolução verde que acelerou a modernização agrícola, a especialização e o uso de fertilizantes e biocidas no Sudeste e no Sul. Ao contrário, o agroflorestal do neo-extrativismo envolve diversificação, consórcio de espécies, imitação da estrutura da floresta e uso de técnicas desenvolvidas pela pesquisa a partir de saberes e práticas tradicionais, do conhecimento dos ecossistemas e das condições ecológicas regionais.

Nesse contexto, algumas ações junto às populações rurais, tanto do setor público, quanto da sociedade civil, vêm sendo apontadas como potenciais redutoras das taxas de conversão de áreas florestais para áreas antrópicas,

incrementando ao mesmo tempo o nível de renda das unidades familiares. Essas ações se pautam basicamente pelo aumento da produtividade e o prolongamento do tempo de uso das pastagens e das áreas agrícolas no sistema itinerante, pela implantação de cultivos agrícolas perenes em áreas agrícolas abandonadas e pela valorização da produção extrativista.

A agricultura itinerante praticada pela produção familiar (agrícola e extrativista) tem uma importância significativa para a subsistência das famílias produtoras, além da importância monetária da fração comercializada dessa produção. Nesse sentido, a compreensão dessa atividade não deve pautar-se apenas pela dinâmica dos preços dos produtos, mas também por outros fatores relacionados à dinâmica do estabelecimento familiar.

Algumas análises mais tecnicistas propõem a substituição da agricultura itinerante por uma modalidade intensiva, sem pousio. O nível de tecnificação associado às propostas de agricultura intensiva, principalmente em função dos tipos de solo e regimes de chuva, poderia trazer sérios problemas de degradação dos solos. Além disso, na dinâmica do estabelecimento familiar, as áreas de capoeira têm algumas funções específicas e importantes, como atrativo de certos tipos de caça, presença de espécies vegetais específicas, incluindo muitas medicinais, caracterizando-se como nichos ecológicos diferenciados.

Perspectivas mais realistas vêm trabalhando não no sentido da substituição do pousio agrícola, mas buscando ampliar o tempo de uso de uma mesma área e o incremento da sua produtividade. Devido ao baixo grau de utilização de insumos, de acesso às tecnologias específicas e à assistência técnica pode-se supor que um aumento desses quesitos tenderiam a promover um aumento da produtividade e longevidade das áreas agrícolas temporárias.

Recentemente, vêm se difundindo novos cultivos perenes como a pimenta longa (*Piper hispidinervum*), cujo beneficiamento e cuja comercialização poderão trazer benefícios econômicos, sociais e ambientais.

Atualmente, a tendência mais significativa ainda é a transformação das áreas agrícolas abandonadas em pastagens. No entanto, já se nota um

aumento da presença de cultivos permanentes, principalmente no que se refere à sua participação no valor bruto da produção.

Quanto ao extrativismo, a coleta de produtos florestais não-madeireiros apresenta uma baixa taxa de conversão de florestas em áreas antrópicas, pois não resulta em desmatamentos. A sua prática estabelece um conjunto de relações sociais com a natureza, que age para a preservação do ambiente diversificado da floresta, ou seja, no sentido contrário à lógica industrialista de homogeneização e transformação radical do ambiente natural.

A valorização dos produtos extrativistas tende a reforçar essa atividade em relação às outras desenvolvidas na produção agropecuária, reduzindo o impacto ambiental dos estabelecimentos como um todo. Normalmente, a valorização dos produtos extrativistas, principalmente daqueles destinados prioritariamente à comercialização, como borracha, castanha-do-brasil, óleo de copaíba e açaí, pauta-se pela melhora dos preços pagos ao produtor pela ação de políticas específicas.

Dentre os produtos do extrativismo, a borracha é o carro-chefe no Acre e condiciona, por meio do sistema de estradas de seringa que delimitam as colocações, todos os demais aspectos do uso da floresta pelos seringueiros. A castanha participa da composição da renda do seringueiro somente na Regional do Alto e Baixo Acre, onde a castanheira é nativa. A borracha e a castanha, produzidas nos PAE e Resex existentes nessa região, representam 57% e 36% da produção do Estado, respectivamente.

Apesar da tendência de diversificação da produção decorrente dos baixos preços para os produtos extrativistas, verificada principalmente através da criação de gado, um estudo realizado em áreas extrativistas de Brasília (Resex Chico Mendes) e Sena Madureira (seringais nativos), sobre o sistema produtivo familiar, constatou que a maior parte da renda provém do extrativismo (70,5%). Em seguida, está o excedente da lavoura branca (milho, arroz, feijão e mandioca), que contribui com 22% da renda e apenas 7,5% provém da pecuária.

Além disso, como tendência à diversificação da produção, o manejo da madeira vem se apresentando para as áreas extrativistas como uma alternativa

capaz de gerar retornos líquidos no curto prazo, com possibilidades de viabilizar economicamente as Reservas Extrativistas. Entretanto, na opinião de especialistas e lideranças de seringueiros, tal atividade, por envolver incertezas no futuro uso dos recursos e por ser alheia à cultura do seringueiro, representa uma séria ameaça à sustentabilidade da reserva em termos sociais, econômicos e ambientais, em virtude dos riscos de a atividade madeireira gerar concentração de renda e diferenciação social no interior dos seringais.

De uma forma geral, dificuldades como distância de transporte, carência de animais e barcos e dificuldade na comercialização dos produtos não-madeireiros, principalmente pelos baixos preços, são fatores que vêm sendo os principais motivos para a busca de alternativas de maior rendimento pelo seringueiro, como o gado e a madeira.

O extrativismo não-madeireiro é uma atividade potencial, porém com sérios problemas de padronização, fornecimento e dispersão dos recursos, além da pouca mão-de-obra qualificada tecnicamente para absorver a cadeia produtiva desse setor.

Resgatando práticas tradicionais e trazendo inovações voltadas a aumentar a interação da produção agropecuária e extrativa com a biodiversidade da floresta, por meio de sistemas agroflorestais em geral, ilhas de alta produtividade, adubação orgânica com o uso de leguminosas, máquinas e implementos de baixo impacto e manejo integrado de pragas e doenças, uma série de experiências pioneiras no próprio Estado do Acre, parece indicar caminhos potenciais para esse salto de qualidade técnica necessária.

Para a efetivação desse potencial será fundamental, no entanto, fundamental que seja estruturada uma política de ciência e tecnologia que atenda às demandas específicas da produção familiar do Estado.

Algumas ações recentes do governo federal e estadual vêm alterando o cenário de baixo preço de alguns produtos extrativistas, sobretudo da borracha, que deve voltar a apresentar elevação da produção e do número de estabelecimentos envolvidos.

A conquista política por parte da produção familiar extrativista de um subsídio federal de até R\$ 0,90 por quilo de borracha natural beneficiada,

criado pela Lei n.º 9.479, de 12/09/97, representou um passo muito importante no reconhecimento político institucional das populações extrativistas como sujeitos do desenvolvimento da Amazônia. Essa política federal foi complementada por um subsídio do governo do Estado do Acre de R\$ 0,40 por quilo de borracha natural bruta para seringueiros organizados em associações, cooperativas ou centrais, recurso criado pela Lei n.º 1.277, de 13/01/99 ("Lei Chico Mendes"). Esses exemplos apontam para a elevação dos preços pagos ao produtor nos próximos anos. Em 2000, o preço da borracha natural bruta, que era antes de R\$ 0,60 o quilo, passou para R\$ 1,00. O novo valor, somado aos R\$ 0,40 centavos do subsídio oferecido pelo governo estadual, passa para R\$ 1,40.

Anteriormente, os produtores de borracha trabalhavam e negociavam preços de forma individual. Organizados em associações, unificaram suas forças conseguindo fazer com que, pela primeira vez, os representantes das quatro maiores usinas compradoras do produto no país viessem negociar diretamente com os seringueiros. O resultado dessa união foi a elevação do preço da borracha, que teve reajuste real de 66%, sendo que até mesmo as despesas com transporte e impostos passaram a ser pagas pelos compradores.

Durante o ano de 1999, foram exportadas 2.400 toneladas de borracha. Para 2000, a expectativa é de que 4.500 toneladas do produto sejam negociadas com o mercado externo, devendo promover a circulação de mais de R\$ 4,8 milhões no mercado interno.

O programa "Luz no Campo", do governo estadual com recursos do Ministério das Minas e Energia, eletrificará 1.318,99 quilômetros nos próximos dois anos, 2001 e 2002. Serão investidos R\$ 16,6 milhões e beneficiadas 5.280 propriedades em todo o Estado, o que corresponde a 26.400 produtores rurais. Do valor a ser investido, o governo federal entrará com R\$ 12,4 milhões, a contrapartida do Estado é de R\$ 4,1 milhões. Esse programa fornecerá a cada propriedade contemplada um kit de produtos contendo material para instalação elétrica nas residências, bem como uma série de eletro-eletrônicos de uso doméstico e produtivo, que se destacam por apresentarem um baixo consumo de energia.

O programa, em linhas gerais, tem o objetivo de incrementar a eletrificação rural, que é um dos fatores mais importantes para a redução da migração do campo para as cidades, e de estimular as atividades rurais, integrando programas e ações que visem ao desenvolvimento rural em suas respectivas áreas de atuação.

No que se refere à política de crédito, a principal fonte é o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, FNO, que foi criado com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Norte, de forma compatível com o Plano de Desenvolvimento da Amazônia. No Acre existem três programas definidos pelo FNO: o Procera, o Prorural e o Prodex. O Procera foi concedido com irregularidade quanto ao número de famílias beneficiadas ao longo do tempo. Nos anos de 1988/89 e 1993/94 concentraram-se 80% das famílias beneficiadas pelo programa nos últimos nove anos. O Prorural apresenta uma concentração de recursos na capital do Estado e nos municípios de Xapuri e Sena Madureira, talvez porque estes apresentam maior capacidade de satisfazer as exigências bancárias, como também maior proporção de famílias enquadráveis na categoria de produtor familiar organizado.

As operações financiadas pelo Prodex, um programa de crédito específico para o extrativismo, criado em 1996, refletem alguns dos vários projetos que vêm sendo trilhados para a valorização da produção extrativista no Estado. O número ainda pequeno de operações contempladas pelo programa em relação ao total da produção familiar extrativista no Estado não deixa de ter um significado importante por apontar um caminho aberto para a consolidação do neo-extrativismo, apesar das dificuldades iniciais de adaptação do sistema bancário de financiamentos e do sistema de assistência técnica à realidade extrativista.

Segundo comunicação pessoal da gerência estadual do Prodex no Acre, os valores financiados para custeio são destinados principalmente à produção de borracha e castanha, ao passo que os valores destinados a investimentos variam entre implantação de culturas perenes e sistemas agroflorestais, unidades de produção de couro vegetal e casas de farinha. No que se refere às culturas perenes, os financiamentos têm sido prioritariamente para essências

florestais, café, pupunha, guaraná e cupuaçu. Segundo a mesma fonte o número de seringueiros com acesso ao Prodex teve um aumento considerável em 99. Criado em 97, até 98 apenas 230 seringueiros tinham conseguido empréstimo. Somente em 99, foram realizadas 1.250 novas operações.

A Sefe (Secretaria Executiva de Florestas e Extrativismo), vinculada à Sepro (Secretaria de Produção), foi criada pelo governo do Acre para apoiar o desenvolvimento de uma economia florestal sustentável, a partir da definição de políticas e programas para o setor.

Alguns desses programas são descritos a seguir:

Com relação aos produtos não-madeireiros, o Programa de Desenvolvimento de Cadeias Produtivas envolve os produtos tradicionais, borracha e castanha, e outros potenciais: fitoterápicos e cosméticos (buriti, murmururu, copaíba, ipê roxo, jatobá, sangue de grado, marapuama, andiroba e unha de gato), palmeiras (murmuru, açaí, bacaba, patauá, buriti, jarina) e sementes florestais (mogno, cedro, copaíba e jatobá).

Dentre os produtos oriundos da borracha a serem apoiados pela Secretaria, estão o “couro vegetal” – lâminas de tecido emborrachado com látex de seringueira – e o solado de borracha. O Programa do Couro Vegetal vem sendo desenvolvido em parceria com Associações de seringueiros e a Tree Tap (empresa, com sede no Rio de Janeiro, que melhorou o tradicional saco encauchado do seringueiro – lâminas de tecido emborrachado com látex de seringueira – fabricando produtos como roupas, bolsas e mochilas). O governo articula com o Basa e viabiliza o treinamento das comunidades. A Tree Tap participa no treinamento e garante a compra da produção. O programa implantou, na Reserva Extrativista do Alto Juruá, nove unidades familiares de produção que geram emprego para um grupo com cerca de 30 famílias e pretende instalar unidades produtivas em todo o Estado.

Já o Projeto do Solado de Borracha está sendo desenvolvido em parceria com a WWF – World Wildlife Found (Fundo Mundial para a Vida Selvagem) e pretende apoiar o beneficiamento nos locais de extração do látex, ou seja, abreviar a cadeia produtiva e remunerar melhor o seringueiro.

Para a castanha também foi criado um programa específico, que busca viabilizar o beneficiamento e a comercialização por meio de contatos com empresas e participação em feiras e eventos. Estão sendo instaladas duas usinas de beneficiamento: uma em Brasília e outra em Xapuri – municípios que concentram 50% da produção do Estado. Pretende-se estimular a produção de castanha salgada e despelucada e também a produção do mingau de castanha em pó, adequado ao uso na merenda escolar, um produto que vem sendo pesquisado e desenvolvido pela Embrapa, que é parceira especial nesse projeto da Sefe.

O governo possui ainda um projeto para a criação de Centros de Florestania dotados de infra-estrutura e serviços básicos à educação, à saúde e a atividades produtivas, ou seja, viabilizar a “cidadania” aos povos da floresta. Esse projeto é coordenado pela Secretaria de Produção – Sepro.

O método de mapeamento participativo desenvolvido por pesquisadores da Ufac vem sendo aplicado com grande sucesso em comunidades rurais e extrativistas. Utilizando imagens de satélite, a própria comunidade visualiza e mapeia os recursos e usos da terra de sua área. Os resultados são confiáveis e com baixo custo, capacitando a comunidade a identificar o melhor manejo para cada ecossistema de acordo com suas potencialidades. São experiências com sucesso reconhecido o projeto de Mapeamento Comunitário em Seringais no Estado do Acre, na Resex Chico Mendes, e o projeto da Reserva Extrativista do Alto Juruá, onde a Associação de Seringueiros, com apoio técnico da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Universidade de São Paulo (USP), realizou cadastro de moradores e elaborou mapas baseados em imagens de satélite. Há, em andamento, um programa de monitoramento do uso da fauna e de outros recursos naturais, visando ao estabelecimento de sistemas de manejo.

Há em andamento, também na Reserva Extrativista do Alto Juruá, um projeto de fabricação de folha de látex pelo sistema desenvolvido na Universidade de Brasília (UnB), com uso de ácido pirolenhoso em forma líquida, dispensando a defumação.

Em Cruzeiro do Sul, a empresa Tawaya – que comercializa produtos do Vale do Juruá – implantou uma usina de beneficiamento de coquinhos de murmuru –

palmeira típica de áreas ribeirinhas, cuja gordura aplica-se na indústria de cosméticos. A empresa cadastra seus fornecedores e realiza estudos para orientar o manejo da espécie.

Outro programa extremamente importante é o Projeto da Fábrica de Preservativos de látex natural, que visa criar uma opção de agregação de valor para os seringueiros, garantindo mercado por meio do aproveitamento do mercado institucional dos programas de distribuição de preservativos necessários ao combate à Aids no país e no exterior, e do mercado alternativo gerado pelas experiências de *fair trade* com consumidores organizados do Primeiro Mundo dispostos a pagar um prêmio de preço àqueles produtos dos países subdesenvolvidos garantidos contra a prática do "*dumping social*".

A Secretaria da Produção (Sepro) também criou o Plano Estadual de Produção do Palmito de Pupunha, visando socorrer os produtores, que em virtude do fechamento de cinco das seis fábricas de palmito existentes no Estado para atender a exigências da legislação sanitária federal, estavam acumulando estoques e se achavam inadimplentes junto ao Basa. O palmito de pupunha está sendo incentivado pelo governo estadual nas regiões do Alto Acre, Baixo Acre e Purus.

Recentemente produtores da Associação dos Produtores de Café Orgânico de Machado – MG – estiveram no Acre em visita ao governador e anunciaram a disposição de adquirir áreas abertas para implantação de 2,5 milhões de pés de café, para a produção de café orgânico, que tem alcançado o dobro do preço do café convencional, principalmente no mercado japonês.

Regionalização da Agropecuária do Estado

A regionalização da agropecuária do Acre, adotada na pesquisa e confirmada pelos agentes entrevistados, divide o Estado em duas regiões quanto às dinâmicas agropecuárias e extrativistas: Região de Rio Branco e Região de Cruzeiro do Sul, correspondendo às mesorregiões censitárias de mesmo nome. Um critério determinante na regionalização adotada foi o grau de isolamento e dificuldade de acesso aos centros urbanos maiores, e a correspondente intensidade da ação antrópica.

Para essa regionalização também foi importante a configuração da rede hidrográfica. Com rios que correm no sentido sudoeste-nordeste e um período chuvoso de nove meses por ano, as comunicações entre Rio Branco e Cruzeiro do Sul e entre os vales se tornam extremamente difíceis, acarretando diferenças econômicas, ambientais, culturais e étnicas.¹⁵

A regionalização adotada, no nível das sub-regiões, é a mesma adotada pelo governo do Estado do Acre, que as toma como Regiões de Desenvolvimento para o planejamento e execução das ações governamentais.

Tabela 90
Valor da Produção Animal e Vegetal
Estado do Acre
1995

Regiões e Sub-regiões	Valor da Produção	
	Animal	Vegetal
Rio Branco		
Alto Acre	6.704	5.936
Baixo Acre	22.578	19.353
Purus	2.289	5.670
Cruzeiro do Sul		
Tarauacá	4.724	10.038
Juruá	3.893	26.013
Total	40.188	67.010

Em mil reais
Fonte: Fundação IBGE - Censo Agropecuário 1995-96.

Região de Cruzeiro do Sul

A região de Cruzeiro do Sul permaneceu relativamente isolada, com pouca densidade demográfica e pequeno desenvolvimento urbano-industrial, mantendo grande massa florestal e regiões onde predominam as chamadas "populações tradicionais" tais como: índios, ribeirinhos, seringueiros e outras populações extrativistas. A região, polarizada pelo município de mesmo nome, é igualmente constituída por duas sub-regiões conforme suas bacias hidrográficas: sub-região do Juruá e sub-região do Tarauacá.

¹⁵ O Ministério dos Transportes liberou R\$ 10 milhões do orçamento federal de 1999 para o governo do Estado aplicar em obras de pavimentação e na reabertura da BR-364, entre Rio Branco e Cruzeiro do Sul. Parte dessa verba será aplicada também em obras de asfaltamento da BR-317, entre Brasília e Assis Brasil, que foram iniciadas pelo governo recentemente.

Sub-região do Juruá

A sub-região do Juruá é constituída pelos municípios de Cruzeiro do Sul, Porto Walter, Mâncio Lima, Marechal Thaumaturgo e Rodrigues Alves. É polarizada por Cruzeiro do Sul, segundo pólo populacional do Estado, e corresponde à microrregião censitária definida no Censo Agropecuário de 1995-1996 como Cruzeiro do Sul.

Com exceção dos municípios de Cruzeiro do Sul e Mâncio Lima, os demais municípios foram criados em 1992 e são caracterizados por uma baixíssima densidade demográfica e por possuírem mais de 75% da população residente na zona rural. Por serem municípios novos, contam com poucas obras de infraestrutura e saneamento.

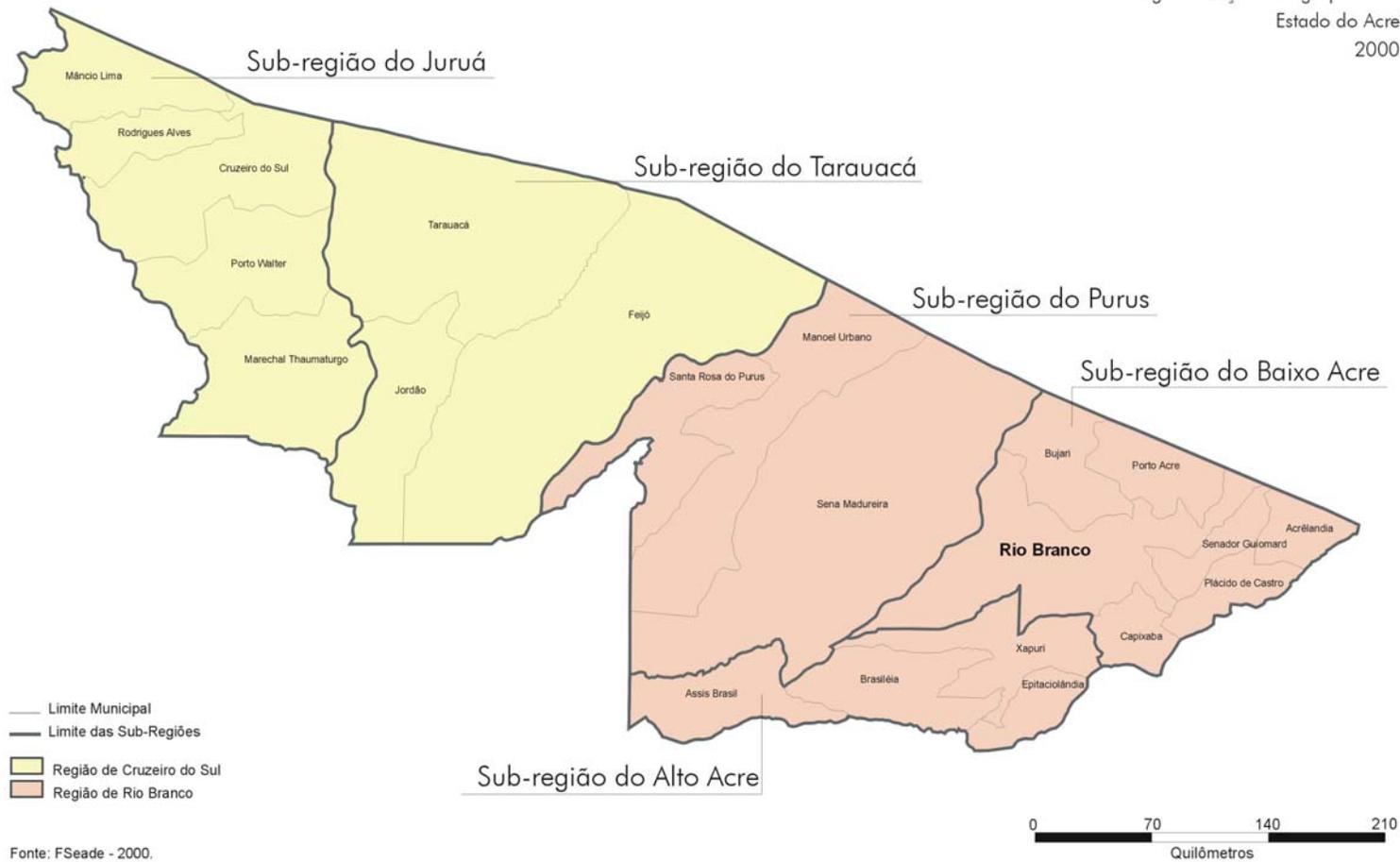
A economia da sub-região do Juruá é tipicamente agroflorestral e, em função de não haver ligação rodoviária efetiva com o restante do Estado, principalmente com a capital, mantém relações muito mais estreitas com o Estado do Amazonas, proporcionadas pelo rio Juruá.

A sub-região do Juruá é a área do Acre que sofreu menor interferência do processo de expansão predatória da fronteira agropecuária, estando nessa sub-região o Parque Nacional da Serra do Divisor (PNDS). Ocupa 843.012 ha (5,5% da área do Estado) distribuídos nos municípios de Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Porto Walter e Marechal Thaumaturgo. Existem 522 famílias vivendo no PNSD, mas esse número sobe para cerca de 1.000 famílias quando somamos os moradores do entorno (ribeirinhos que moram nas margens que ficam fora do PNSD), totalizando 1.848 na Porção Norte e 3.937 pessoas que vivem na Porção Sul.

Estudos de Mercado de Trabalho como Subsídios para a Reforma da Educação Profissional

Mapa 6

Regionalização da Agropecuária
Estado do Acre
2000



Fonte: FSeade - 2000.

O PNSD foi criado sem considerar a existência desses moradores na área, ocupantes da região há várias décadas. Como dito anteriormente, a existência desses moradores no interior do parque contraria os objetivos do mesmo. O Plano de Manejo do PNSD propõe a transferência voluntária de moradores para projetos de assentamento na área de entorno, tendo em vista a receptividade da comunidade local para essa proposta.

A Resex do Alto Juruá abrange uma área de 512 mil ha, ocupada por 821 famílias, que têm como atividades econômicas principais a extração de látex, a agricultura, a caça, a pesca e o artesanato. A infra-estrutura em geral é precária, sendo 78% da população analfabeta e com elevados índices de febre amarela, hepatite, tétano, verminoses e hanseníase – que no Vale do Juruá apresenta os índices mais elevados do mundo (20 casos por mil habitantes).

As lavouras temporárias da sub-região têm apresentado um fraco desempenho, com pequena área cultivada anualmente e produtividade abaixo da média estadual. Destaca-se na parte Norte dessa sub-região a produção da mandioca, que é comercializada numa feira tradicional chamada Mercado da Farinha de Cruzeiro do Sul. Apresentada com uma grande variedade de formas de processamento artesanal, a farinha de Cruzeiro do Sul é conhecida por ter alta qualidade e sabor, devido a características de solo e clima próprias a esse cultivo encontradas na sub-região. A produção da Farinha de Cruzeiro do Sul tem conquistado o mercado externo, mas destina-se prioritariamente para abastecimento do mercado regional, e o transporte para a capital, principal destino, é feito por via fluvial ou por aeronaves leves.

Com relação à lavoura permanente destaca-se a cultura do guaraná, que já conquistou o mercado regional. O efetivo de bovinos e de outros animais, apesar de pouco representativo se comparado ao efetivo do Estado, tem sido suficiente para o abastecimento do mercado local e ainda tem gerado considerável excedente para exportação.

A população indígena da sub-região provém das família lingüísticas Pano (1.235 habitantes) e Aquak (450 habitantes).

A sub-região do Juruá participa com 9,7% no total do valor da produção animal do Estado e com 38,8% no total do valor da produção vegetal do Acre.

Sub-região do Tarauacá

A sub-região do Tarauacá é constituída pelos municípios de Tarauacá, Feijó e Jordão e corresponde à microrregião censitária de mesmo nome. Ela faz parte das bacias hidrográficas dos rios Tarauacá e Envira, que são também as principais vias de comunicação existentes na região e possuem importante potencial turístico, em função da sua grande beleza paisagística e da predominância de populações indígenas.

A sub-região do Tarauacá é caracterizada por uma baixa densidade demográfica em comparação à do Estado, e pelo predomínio da população indígena, concentrando a maior parte das áreas de reservas indígenas do Estado do Acre.

Em virtude do isolamento por via terrestre por um longo período do ano, a economia da sub-região do Tarauacá mantém fortes relações de dependência com a sub-região do Juruá, especialmente com o município de Cruzeiro do Sul, de onde importa produtos de primeira necessidade, sendo também a única alternativa de serviços médicos, inclusive ambulatoriais, e de transporte aéreo.

As lavouras temporárias na sub-região têm baixa produtividade e não são suficientes para abastecer o mercado local. As lavouras permanentes têm pouco significado para a economia regional, sendo geralmente voltadas para a subsistência e sem capacidade de gerar excedentes.

No extrativismo vegetal, o destaque continua sendo o látex natural, apoiado na presença de um grande número de seringueiros nessa sub-região. A madeira nobre tem sofrido verdadeiros saques de madeireiras de outros Estados, principalmente do Amazonas, que atuam de forma ilegal. Existem experiências de Manejo Madeireiro visando reduzir a conversão de florestas naturais. Destaca-se como potencialidade extrativista o açaí, abundante nessa sub-região, e a copaíba. O vinho do fruto do açaizeiro tem sido bastante comercializado na região.

Os efetivos de bovinos e outros animais na sub-região são expressivos, com algum destaque para a pecuária leiteira e para a piscicultura, e suficientes para o abastecimento do mercado local, mas não há estrutura na região para exportação para outros mercados.

A sub-região do Tarauacá responde por 11,8% do total do valor da produção animal do Estado e por 15,0% do total do valor da produção vegetal do Acre.

Região de Rio Branco

A região de Rio Branco sofreu grande ação antrópica, tendo sido alvo de antigas correntes migratórias além de grandes transformações provocadas pelas políticas de incentivo à expansão pecuária durante as décadas de 60 e 70. Mesmo possuindo uma infra-estrutura precária, apresenta resultados econômicos na atividade rural, com crescimento da área colhida dos principais produtos, estando mais próxima dos principais eixos rodoviários e centros de comercialização e consumo.

A região de Rio Branco, polarizada pela capital do Estado, é constituída de três sub-regiões, correspondentes às suas bacias hidrográficas: Purus, Alto Acre e Baixo Acre.

Sub-região do Baixo Acre

A sub-região do Baixo Acre é constituída pelos municípios de Rio Branco, Senador Guimard, Plácido de Castro, Acrelândia, Capixaba, Porto Acre e Bujari e coincide com a microrregião censitária denominada Rio Branco. É caracterizada como a região da capital do Estado Rio Branco, centro polarizador e de atração de migrantes do interior do Estado e de outras regiões do país. Tem alta densidade demográfica em comparação à do Estado e concentra problemas sociais e urbanos, com baixo nível de emprego e renda, sendo o setor público o maior empregador.

Em virtude das facilidades de ligação rodoviária permanente mantém fortes relações econômicas e comerciais com o Centro-Sul do país e está também ligada à frente de expansão de Rondônia.

A sub-região do Baixo Acre também é caracterizada como a região que concentra grandes áreas antropizadas e a maior produção agrícola e pecuária do Estado. A sub-região do Baixo Acre concentra o valor da produção animal do Acre, participando com 56,2% no total do Estado, e com 28,9% no total do valor da produção vegetal do Acre. Nessa sub-região está localizada a maior mancha de solo latossolo vermelho-amarelo do Estado, entre os rios Abunã, Ituxi e Acre; é um solo favorável à agricultura, porém exige manejo adequado quanto à correção da acidez e manutenção da fertilização.

A produção das lavouras temporárias da sub-região, baseadas em sistemas tradicionais de produção dos principais produtos (arroz, feijão, milho e mandioca), apesar da sua expressão, está longe de abastecer as necessidades do mercado local. A lavoura permanente é pouco representativa na economia regional.

O extrativismo vegetal é baseado na exploração da borracha e da castanha, além da madeira para a exportação em toras, prática proibida recentemente pelo governo estadual.

A pecuária apresenta bom desempenho na economia regional, abastecendo o mercado local com produtos de boa qualidade (carne, leite e derivados) e produzindo ainda considerável excedente para a exportação, apesar do risco de prejuízo em exportações futuras devido à falta de sistematização da prática de controle de doenças.

Sub-região do Alto Acre

A sub-região do Alto Acre é constituída pelos municípios de Assis Brasil, Brasiléia, Xapuri e Epitaciolândia e coincide com a microrregião censitária denominada Brasiléia. Ela participa com 16,7% do total do valor da produção animal do Estado e com 8,9% do total do valor da produção vegetal do Acre.

É caracterizada como a região com predominância do extrativismo da borracha e da castanha e apresenta uma densidade populacional média em comparação com a do Estado.

Foi nessa região que se verificaram os maiores conflitos entre pecuaristas e seringueiro, e onde se desenvolveu um elevado grau de organização e tradição de lutas das populações rurais. Essa região concentra as experiências organizativas e produtivas de maior êxito da luta dos seringueiros, havendo uma razoável quantidade de pequenas agroindústrias de beneficiamento da produção extrativista e agropecuária, apoiadas pelo governo ou por ONG's.

A sub-região do Alto Acre, em virtude das facilidades de acesso ao exterior, tem um forte intercâmbio econômico-social com o Peru e a Bolívia, com as cidades de Pardo e Cochabamba. Já houve várias tentativas de implantação de uma Zona de Livre Comércio na região, mas que permanecem sem definição por parte do governo federal, tendo, no entanto, uma existência informal. Existe também um forte êxodo de além-fronteira.

A Resex Chico Mendes ocupa uma área de 970.570 ha distribuídos em cinco municípios do Vale do Acre e do Purus, mas a maior parte está situada em Xapuri. Existem 1.838 famílias que têm no extrativismo do látex e na coleta da castanha 62% de sua renda familiar; a agricultura contribui com 29% e a pecuária com 9%. As condições de infra-estrutura apresentam-se precárias e são elevados os índices de doenças e analfabetismo.

Sub-região do Purus

A sub-região do Purus é constituída pelos municípios de Sena Madureira, Manuel Urbano e Santa Rosa do Purus e corresponde à microrregião censitária denominada Sena Madureira. Ela participa com apenas 5,7% do total do valor da produção animal do Estado e com 8,5% do total do valor da produção vegetal do Acre.

É caracterizada como a região de mais baixa densidade demográfica (0,75 hab/km²) em comparação com a do estadual (3,16 hab/km²). É a região que tem a estrutura fundiária mais concentrada do Acre.

É também a região que mais sofre extração predatória de madeiras conduzida simultaneamente por grandes fazendeiros, que buscam expandir suas áreas de pastagens e por grandes empresas rurais de extração de madeira.

O município de Sena Madureira tem uma situação diferenciada do restante da sub-região: ligado por via terrestre permanentemente pela BR-364, através de trecho asfaltado, com a capital, possui uma infraestrutura razoável. Os municípios de Manuel Urbano e Santa Rosa do Purus sofrem isolamento do restante do Estado por via terrestre por um longo período do ano – especialmente Santa Rosa do Purus, na fronteira com o Peru, que só é acessível por via fluvial com o tempo de dez dias de viagem em embarcações pequenas, partindo de Sena Madureira. A infra-estrutura desses municípios é extremamente frágil, construída ao redor de núcleos populacionais oriundos de bases operacionais da extração madeireira.

A economia da sub-região do Purus possui grande dependência da capital do Estado, de onde importa a maioria dos gêneros de primeira necessidade. A produção de lavouras temporárias na sub-região é muito reduzida, insuficiente até para abastecer o reduzido mercado local. Apesar da existência de manchas de solos mais propícios à agricultura, a produtividade agrícola é muito baixa. As lavouras permanentes apresentam-se muito incipientes. O extrativismo vegetal tem uma produção anual bastante significativa na sub-região, principalmente o látex e a castanha.

A sub-região do Purus, sobretudo no município de Sena Madureira, possui considerável efetivo de rebanho bovino, que abastece o mercado local com carne de boa qualidade e ainda gera excedente exportado principalmente para a capital do Estado.

As populações indígenas da sub-região são das famílias lingüísticas Pano e Arawá (1.206 habitantes) e Pano e Aruák (407 habitantes).